



# Prefeitura Municipal de

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS. 5
PROJ. 7/79
Barueri

= PROJETO DE LEI Nº 4 DE 29 DE 2 DE 1972 =

Dispõe sobre autorização do Sr. Prefeito Municipal para formalizar a -  
côrdio com a Procuradoria Fiscal do -  
Estado e da outras providências.

- Artigo 1º)- Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a formalizar com a Fazenda do Estado de São Paulo, Procuradoria Fiscal do Estado ( PF-3), acôrdio para liquidação da ação que o Município move contra a mesma, perante a Vara Privativa dos Feitos da Fazenda Estadual, em que pleiteia o recebimento de diferenças de quotas do excesso de arrecadação do antigo IVC , dps exercício citados na inicial da ação.
- Artigo 2º)- O acôrdio será efetuado nas condições propostas pela Procuradoria Fiscal do Estado, abrangendo somente o montante apurado pelos laudos periciais juntados na ação judicial, renunciando-se expressamente a favor da Fazenda Estadual, às parcelas de juros, correção monetária, custas, despesas judiciais, honorários de advogados relativo à condenação ou quaisquer a -  
crêscimos.
- Artigo 3º)- O pagamento do montante relativo ao principal será efetuado pela Fazenda do Estado em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas a partir de setembro de ... 1971.
- Artigo 4º)- O acôrdio será formalizado pelos advogados já constituídos pelo Município na Procuração " Ad Juditia" - juntada nos autos da Ação Ordinária em curso perante a Vara Privativa dos Feitos da Fazenda Estadual.
- Artigo 5º)- Todas as eventuais despesas judiciais já realizadas ou a realizar em nome do Município, quer na ação judicial, quer na formalização do acôrdio, correrão única e exclusivamente por conta dos advogados já contratados, exceto os honorários do perito do Município que serão pagos diretamente por este.



# Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS. <u>6</u>
PROJ. <u>7/12</u>
<u>Alba</u>

.....

Artigo 6º)- Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a abrir, através de Decreto, crédito especial de 20% sobre o valor total do acôrdo para o pagamento dos hono<sub>r</sub>ários advocatícios.

Artigo 7º)- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barueri, em 29 de fevereiro de 1972.-

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARUERI

  
ARNALDO RODRIGUES BITTENCOURT

Do Sr. Prefeito Municipal para  
promulgar dentro do prazo legal  
Em \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_  
Presidente

APROVADO EM 2.ª DISC. 12/4/72

APROVADO EM 1.ª DISC. 5/4/72

A Comissão de

Em 11 de 3 de 1972  
Presidente

SECRETARIA

Entrada em 29 de 2 de 1972  
Reg. nº 59 L.º 1 Pág. 22  
Julia Pereira de Souza